

A QUESTÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL

Thaine Rossi¹, Edson Aparecida Araújo Querido Oliveira²

¹ Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FCSA - Universidade do Vale do Paraíba - Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos - SP - Brasil - thaine_e@yahoo.com.br

² Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade do Vale do Paraíba – Professor Assistente Doutor - Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos - SP - Brasil - edsonaago@universiabrasil.net.

Resumo - O desemprego no Brasil encontra-se nas disparidades entre as taxas de desemprego e o perfil da educação, principalmente nos últimos anos da década de 1990. Os impactos da globalização e o emprego de novas tecnologias ocasionam aumento de desemprego com diminuição de postos de trabalho em muitos setores da economia. Apresentar esta controvérsia para a compreensão ética é essencial numa situação onde a crise do emprego formal é uma realidade e a busca de atividades produtivas, como a produção para consumo próprio, e os serviços sociais e domésticos estão sendo valorizados como formas alternativas.

Palavras-chave: desemprego, produtividade, educação, tecnologia.

Área do Conhecimento: VII Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O atual debate social apresenta geralmente o desemprego como o resultado de três fatores emergentes: a mundialização dos mercados, que provoca uma reestruturação da produção, a introdução de uma tecnologia que utiliza cada vez menos mão-de-obra e o fim de uma era de crescimento econômico sustentado, que garantia o pleno emprego.

Assim, dentro do contexto da globalização, podem-se observar mercados altamente competitivos, movidos por políticas econômicas agressivas, que têm evidenciado um ambiente com grandes e imprevisíveis mudanças. Sob este aspecto, a inovação tecnológica passou a ser um fator vital para a sobrevivência das organizações, pois ela determina o avanço da qualidade de produtos e serviços.

Dessa maneira, a impressão vaga de que a globalização e a tecnologia trazem conseqüências negativas tem levado muitas pessoas a declarar-se contra ela, pois parece que carregam consigo tanto potencialidades positivas quando negativas, e que a atitude mais sensata, no caso das novas tecnologias, consistiria em explorar umas e

minimizar as outras. Entre as potencialidades positivas, podem-se citar os avanços tecnológicos como geradores de bem-estar e conforto. Entre as potencialidades negativas, pode-se citar o desemprego, que afeta países emergentes, em grande parte por desqualificação profissional.

Sob esta ótica, é importante estabelecer uma correlação entre o novo contexto econômico mundial, o nível de desemprego no país e a estrutura de educação e formação profissional existente, associada aos investimentos do governo nos últimos anos. O aumento do desemprego tem sido objeto de diversos estudos e levantado diversas opiniões, que em alguns casos podem ser contraditórias.

A ética, por outro lado, apresenta-se, ao mesmo tempo, como um sentimento, uma ciência e uma doutrina. Ela nos ensinava, inicialmente, a escolher entre o bem e o mal. A economia parece fugir de todos os esquemas morais anteriores e nos obriga a escolher entre múltiplas opções, cada uma produzindo efeitos positivos e negativos.

É nesta perspectiva de arbitragens múltiplas e ambivalentes que tentamos situar alguns desafios éticos, e não em uma perspectiva

binária e reducionista de escolha entre o bem e o mal.

O Desemprego no Brasil

No Brasil, as informações mais completas sobre a situação do mercado de trabalho são fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio- Econômicos (DIEESE). Para o IBGE, desempregada é toda pessoa com 16 anos, ou mais, que durante a semana em que se fez a pesquisa tomou medidas para procurar trabalho ou que procurou estabelecer-se durante a semana precedente (MOCHON e TROSTER, 1994, p.350).

Já o DIEESE, para estabelecer essa informação, utiliza um prazo de trinta dias, além de incluir o desemprego oculto, representado pelo trabalho precário e desalento. Assim, a porcentagem de pessoas desocupadas em relação ao total da população ativa, ou seja, ocupados mais desempregados, é conhecida como taxa de desemprego.

A impossibilidade de definir o desemprego redundante na multiplicidade de suas medidas. Cada fonte estatística tem seu conceito, incompatível e portanto incomparável com qualquer outra fonte e, geralmente, escolhido em função de critérios de conveniência. O DIEESE define o fenômeno da forma mais abrangente possível, somando-se o desempregado aberto com os empregados precários e os empregados desalentados, ao passo que o IBGE restringe a medida ao desemprego aberto. As comparações internacionais de taxas de desemprego apresentam ainda maior perigo, uma vez que essas não dependem apenas de definições, mas também de peculiaridades institucionais, culturais e econômicas literalmente incomparáveis. Assim, tudo o que os números podem indicar é a variação do desemprego, sua estrutura e natureza.

A teoria econômica mais tradicional distingue três tipos de desemprego, de acordo com seus mecanismos geradores e, paralelamente, três perspectivas de luta contra estes. A falta de visibilidade e de transparência do mercado de trabalho, a

informação imperfeita que os agentes têm, provoca uma forma benigna e geralmente de curta duração de desemprego, chamada friccional. A vaga e o candidato adequado existem, mas os dois não se encontram, de sorte que a vaga fica vazia e o candidato frustrado. É necessário circular as informações por todos os meios: meios de comunicação, lugares públicos, bancos de emprego, entre outros.

O desemprego dito conjuntural está ligado a fases de recessão da atividade produtiva. A experiência da década de 1980 ensinou claramente que o desinvestimento provoca um desemprego duradouro, podendo haver conflito entre objetivos de curto e de longo prazos. Mas a forma mais resistente de desemprego está ligada a um descompasso entre a estrutura qualificada da mão-de-obra necessária e da força de trabalho disponível.

A curto e a longo prazos, as três formas de desemprego misturam-se e confundem-se. No longo prazo, a pior forma de desemprego (estrutural) resulta de uma defasagem entre a evolução da tecnologia e o ensino. Para preparar o recurso humano para uma tecnologia sofisticada e em permanente evolução, o ensino profissionalizante pode não ser a melhor opção. A maioria dos trabalhadores atuais deve mudar profundamente seu modo de trabalhar em função da introdução do progresso técnico na produção. Hoje constitui privilégio de uma minoria desfrutar de um emprego estável com tempo integral, o ano inteiro e durante a vida ativa. A maioria dos ativos destina-se a ocupações irregulares, temporárias, precárias, de tempo parcial ou falsamente independentes.

O aumento do desemprego no Brasil apresenta três explicações fundamentais: fatores estruturais, conjunturais e sazonais. Dos fatores estruturais, o Brasil amarga efeitos de três fatores perversos: baixo crescimento, educação insuficiente e legislação inflexível. Destes fatores, a educação insuficiente desde a infância é responsável direta ou indiretamente pela baixa qualificação da mão-de-obra no Brasil e apresenta-se como um dos pontos mais críticos para o país. Assim, é possível evidenciar que boa parte dos problemas como desemprego no país é gerada pela

baixa qualificação da mão-de-obra existente, oriunda de uma educação precária e insuficiente. O **Gráfico 1** apresenta os índices de desemprego no Brasil no período 1989-2001.

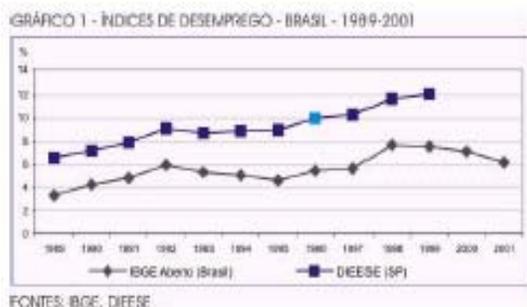


Gráfico 1 - Índices de Desemprego no Brasil

É importante salientar que, à medida que as empresas se modernizam e aumenta a complexidade da tecnologia utilizada, requisitam-se maiores aptidões técnicas e pessoais e, assim, a cada dia mais pessoas são consideradas desqualificadas para os cargos abertos nas empresas, caso o sistema de ensino vigente não proporcione formação adequada.

Causas e Efeitos do Desemprego

Para os economistas chamados clássicos ou monetaristas, o desemprego baseia-se no funcionamento do mercado e no desejo dos trabalhadores de receberem salários excessivamente altos. Assim, o desemprego acima do friccional deve-se a uma política de salários inadequada. Esse desemprego é qualificado como voluntário. Já para os economistas keynesianos, o desemprego deve-se fundamentalmente ao nível insuficiente da demanda agregada por bens e serviços (MOCHON e TROSTER, 1994, p.350).

Assim, defende-se que o desemprego acima do friccional é involuntário e ocorre porque o nível da demanda agregada é insuficiente. Contudo, os custos mais graves do desemprego são para aqueles que sofrem diretamente os seus impactos, pois muitas pessoas não têm acesso ao seguro - desemprego. E, para aqueles que se mantêm empregados, fica a obrigação de pagar parte

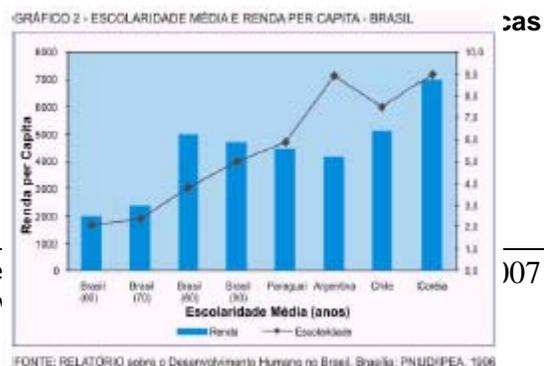
dos custos do desemprego por meio de impostos ou contribuições sociais mais elevadas. Neste contexto, o desemprego traz conseqüências degradantes, prejudicando os bons hábitos de trabalho e a produtividade dos trabalhadores. Assim, pode-se afirmar que o desemprego é o primeiro fator determinante da pobreza.

Perfil da Educação no Brasil

O Relatório do Ministério da Educação e do Desporto para a Conferência Internacional de Educação de Genebra em 1996 apresenta o seguinte quadro sobre a educação no Brasil (BRASIL, 1996):

O perfil da educação brasileira apresentou significativas mudanças nas duas últimas décadas. Houve substancial queda das taxas de analfabetismo, aumento expressivo do número de matrículas em todos os níveis de ensino e crescimento sistemático das taxas de escolaridade média da população. Não obstante, o quadro educacional do país é ainda bastante insatisfatório tanto do ponto de vista qualitativo quanto em relação a alguns indicadores quantitativos.

No que se refere à escolaridade da população, observam-se duas tendências importantes: primeiro, o crescimento da renda per capita verificado nas quatro últimas décadas foi acompanhado de expansão da taxa de escolaridade média, passando-se de dois anos de estudo em 1960 para cerca de 5 anos em 1990 (gráfico 2). Em segundo lugar, a queda das taxas de analfabetismo de 39,5% para 20,1% nas quatro últimas décadas, foi paralela ao processo de universalização do atendimento escolar na faixa etária obrigatória (7 a 14 anos), tendência que se acentua a partir de meados dos anos 70, sobretudo como resultado do esforço do setor público na promoção das políticas educacionais conforme demonstrado no **Gráfico 2**.



Educacionais

Este movimento não ocorreu de forma homogênea; acompanhou as características de desenvolvimento sócio - econômico do país e reflete suas desigualdades. Além das imensas diferenças regionais quanto ao número médio de anos de estudo, que apontam a região Nordeste bem abaixo da média nacional, cabe também destacar a grande oscilação deste indicador em relação à variável cor, mas relativo equilíbrio do ponto de vista de gênero, como mostram os dados da **Tabela 1**.

TABELA 1 - NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS - BRASIL - 1960-1990

CRITÉRIO	1960	1970	1980	1990
Gênero				
Homem	2,4	2,6	3,9	5,1
Mulher	1,9	2,2	3,5	4,9
Cor				
Branco	2,7	-	4,5	5,9
Preto	0,9	-	2,1	3,3
Pardo	1,1	-	2,4	3,6
Amarelo	2,9	-	6,4	8,6
Regiões				
Norte/C. Oeste	2,7	0,9	4,0	-
Nordeste	1,1	1,3	2,2	3,3
Sudeste	2,7	3,2	4,4	5,7
Sul	2,4	2,7	3,9	5,1

FONTE: RELATÓRIO sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA, 1996

Esta situação torna-se ainda mais grave ao se observar a evolução da distribuição da população por nível de escolaridade. Se é verdade que houve considerável avanço na escolaridade correspondente à primeira fase do ensino fundamental (1.^a a 4.^a série), é também verdade que em relação aos demais níveis de ensino os indicadores são ainda insuficientes: em 1990, apenas 19% da população do país possuía o primeiro grau completo; 13%, o nível médio e 8% possuía o nível superior. Considerando a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação de cidadãos aptos a participar democraticamente no mundo da vida e do trabalho, as informações indicam a urgência das tarefas e o esforço que o Estado e a sociedade civil deverão assumir para superar a médio prazo o quadro existente.

Conforme o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1997), os níveis de investimentos

em educação existentes no país correspondem à parcela do PIB semelhante à de países desenvolvidos. Porém, a grande questão é a eficiência de sua aplicação. Se os recursos destinados à educação não são abundantes, também não são desprezíveis.

Os últimos dados comparativos disponíveis indicam que, em termos de percentual do PIB, o Brasil não se coloca em posição muito desfavorável no conjunto dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Por outro lado, se for considerado o percentual de recursos públicos legalmente vinculados à educação, há bem poucos países que o superam, inclusive se for levado em conta aqueles que são reconhecidos como tendo efetuado uma verdadeira revolução industrial.

Impactos da Globalização

Em países como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália, as desigualdades salariais cresceram, ao passo que nos países europeus, com legislação social mais rígida, o desemprego aumenta ou persiste.

Embora o efeito direto das importações deva ser pequeno, as conseqüências indiretas (inovações tecnológicas defensivas e de deslocamento de mão-de-obra não qualificada para o setor de serviços) não podem ser desprezadas. Mas existem outros fatores em jogo, especialmente mudanças tecnológicas que poupam mão-de-obra. Nos países em desenvolvimento, observam-se duas tendências contraditórias. No Leste Asiático, o aumento do comércio exterior coincidiu com uma maior igualdade dos salários e das rendas; na América Latina aconteceu o inverso. Assim, a igualdade social não depende unicamente da abertura comercial.

Os países ricos costumam apontar três "vilões" do desemprego: a nova tecnologia, as importações baratas e a imigração de mão-de-obra barata. Desse diagnóstico decorrem três políticas perigosas: o controle da tecnologia, o protecionismo e medidas de contenção das migrações.

No Brasil, a abertura dos mercados coincide com o início do governo Collor. Desde então, os dados da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) sobre a indústria paulista

apresentam-se como alarmantes e pelas estatísticas globais de desemprego publicadas pelo DIEESE esse números não crescem; até pelo contrário. A série de taxas mensais de desemprego na grande São Paulo sobrepõe três tendências:

a) uma tendência sazonal a diminuir no fim do ano e aumentar no inverso;

b) um ciclo conjuntural (sucessão de expansões e recessões) de 10 a 12 anos, com o desemprego caindo de março de 1985 a dezembro de 1989, subindo de janeiro de 1990 a março de 1993 e declinando desde então;

c) uma tendência secular a permanecer em torno de uma taxa de 10%.

Dois fenômenos devem ter acontecido: uma transferência de ativos da indústria para os setores terciários e informais e uma maior rotatividade da mão-de-obra sem que o saldo de desemprego a acompanhasse.

Cabe assinalar um fenômeno recente e surpreendente: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento, indica que a renda parou de se concentrar. Até pode-se observar uma discreta redistribuição do poder de compra a favor dos mais pobres, através dos preços dos alimentos. Mesmo que o fato deva ser creditado ao fim da inflação (Plano Real) e não à abertura da economia, continua confirmada a tese de que, na América Latina, a globalização significa maior desigualdade.

De modo geral, a globalização gera, nos países em desenvolvimento, novas oportunidades, mas também grandes desafios. Do lado positivo, a integração internacional carrega consigo mercados mais amplos para o comércio, maior diversificação de bens, mais influxos de capital privado e maior acesso a tecnologias. Porém, as novas oportunidades se fazem acompanhar de novos e grandes desafios na área da gestão econômica.

As novas possibilidades favorecem os mais ágeis, e a volatilidade dos fluxos de capital dificulta as políticas econômicas dos países em desenvolvimento. O acerto das políticas macroeconômicas traz maiores

recompensas, mas a inércia e o equívoco custam mais caro. Finalmente, o crescimento dos países em desenvolvimento não é prejudicial e sim benéfico para os países industrializados.

Emprego de Tecnologia e o Desemprego

Na economia, a tecnologia é representada pelos processos utilizados no sistema produtivo de produção de bens e serviços. Essa era tecnológica caracteriza-se, portanto pela substituição, cada vez mais crescente do homem, na fábrica pelos robôs e outros equipamentos automatizados. Contudo, o que de início foi extremamente festejado, hoje se apresenta como uma ameaça, pois é um determinante, com grande grau de consideração, para explicar a causa do desemprego na atualidade.

Em curto prazo, o progresso técnico muda a composição qualitativa e setorial do emprego e, portanto, provoca um desemprego transitório de adaptação. Não se deve evitar de todo jeito o desemprego de adaptação, mas sim, administra-lo com programas de reconversão, para os poucos suscetíveis de se adaptar-se, e de amparo financeiro, para a grande maioria.

A “teoria da compensação” procura estudar o impacto da tecnologia sobre o emprego a longo prazo e pode formular-se na seguinte proposição: o efeito negativo direto da introdução do progresso é compensado pelo crescimento indireto do emprego. As comparações internacionais permitem-nos sugerir que não existe uma correlação necessária entre tecnologia avançada e taxas de desemprego elevadas. As economias mais avançadas do ponto de vista da tecnologia têm desemprego menor que países quase totalmente descapitalizados.

O Futuro do Trabalho

O progresso técnico e a mundialização têm provocado uma realocação espacial e setorial da atividade econômica, que pode ter um impacto sobre o nível de emprego, mas que cria bolsões regionais e setoriais de desemprego de ajustamento. O trabalho operário está em declínio. Serviços expandem-se, mas ligados a uma desigualdade social entre os que vendem e

os que compram. As atividades emergentes situam - se nas áreas de manipulação de dados e palavras, representações orais e visuais.

Quanto aos empregos primários, estagnam-se em 5% dos ativos. Essa reestruturação setorial exige uma reconversão do emprego e leva a um desemprego estrutural de longa duração. Além disso, a natureza da atividade sofre mudanças e deve redefinir a ética do trabalho. Para o sociólogo René Castel (1995), duas palavras caracterizam o emprego do futuro: precariedade e flexibilidade.

Hoje, do ponto de vista do trabalho, a questão social cristaliza-se em torno de três pontos: a desestabilização dos estáveis, a instalação na precariedade e um déficit global de empregos.

Assim, toda atividade produtiva pode ser vista como concatenação de cinco dimensões: é um desempenho de competência, uma atividade de produção de bens ou serviços, um status multidimensional, um modo e nível de remuneração e um mecanismo de integração social. O futuro do trabalho depende de como vão evoluir essas cinco dimensões.

Conclusão

O Brasil sofre em três pontos: Cresce pouco, Educa mal e Legisla péssimo. A saída do desemprego e informalidade atuais vai depender de bons investimentos, de uma educação de boa qualidade e de uma legislação que estimule o uso do trabalho humano.

O fato de a máquina dispensar o homem de tarefas insalubres e repetitivas não deve ser visto apenas pelo lado negativo do desemprego, ela também liberta o trabalhador para tarefas mais criativas e proporciona mais tempo livre. Neste sentido o desemprego de adaptação pode ser minimizado por programas de reconversão para os que são suscetíveis de adaptar-se.

Referências Bibliográficas

<http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21>

<http://www.josepastore.com.br/artigos>

<http://www.epub.org.br/correio/ciencia>

<http://www.militelli.com.br/biblioteca>

<http://www.revolutas.org>

<http://www.dieese.org.br>

<http://www.ibge.gov.br>

Leite, José A. A. *Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica*. São Paulo: Atlas, 2a. Edição, 2000.

Blanchard, Olivier. *Macroeconomia*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Pereira, José Matias. *Economia Brasileira*. São Paulo: Atlas, 2003.

Vasconcellos, Marco A. S. & Gremaud, Amaury P. & Toneto Júnior, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 5 ed, 2004.